

O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Prof^a. Msc. Vitória Carme Correia Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
vitoria@uesb.br

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
Universidade Federal do Ceará
borza@ufc.br

RESUMO

O desenvolvimento geograficamente desigual é discutido como uma condição para a reprodução do capital em sua fase contemporânea, tendo na ação do Estado um importante fator de explicação. Nesse sentido, observa-se que o agravamento das desigualdades regionais no Brasil e na Bahia, a partir dos anos 1950 teve na atuação governamental aspecto decisivo, revelando uma grande contradição, tendo em vista que, apesar da classe dirigente defender, constantemente, a necessidade de combate das desigualdades regionais, na prática implementam políticas públicas que integram competitivamente apenas algumas regiões.

Palavras chave: Estado, Região, Desenvolvimento Desigual.

ABSTRACT

The 5th Congress The unequal geographically development is discussed here as a condition for the reproduction of the capital in its contemporary phase, taking the action of the State as an important explanatory factor. In that sense, it is observed that the worsening of the regional inequalities in Brazil and in Bahia, starting in the 1950s, had in the governmental performance a decisive aspect, revealing a great contradiction, in the sense that, in spite of the leading class is constantly trying to combat the regional inequalities, in reality what it is doing is implementing public politics that integrate competitiveness just in certain areas.

Key words: State, Region, Unequal Development.

Introdução

Este artigo tem como proposta básica reafirmar pressupostos marxistas, dentre eles os que reconhecem no desenvolvimento geograficamente desigual uma condição à reprodução do capital em sua fase contemporânea, portanto, produzido e intensificado pela ação do Estado, elemento integrante da base material capitalista. Como realidade empírica, toma-se o Estado Brasileiro em diferentes escalas, particularmente as ações do Governo da Bahia direcionadas às suas regiões economicamente menos dinâmicas, a exemplo da Região Sudoeste.

A sua estruturação por meio dos itens (I – Introdução; II – Sobre a perspectiva teórica de análise; III - Reflexões sobre o Estado: a contribuição Gramsciana; IV - Breve trajetória conceitual do desenvolvimento; V – A região como categoria de análise geográfica: implicações empírica e conceitual; VI - O desenvolvimento geograficamente desigual: alternativa conceitual a uma análise do desenvolvimento em sua dimensão espacial; VII - A questão regional brasileira em diferentes escalas: uma leitura referenciada; VIII – Referências Bibliográficas), resulta da compreensão que eles respondem algumas de nossas indagações, levantadas desde quando nos interessamos por essa temática. Vale a pena observar que todo o processo que redonda na seleção destes itens é permeado de subjetividade, não existindo a pretensão,

da nossa parte, de tomá-lo como único e mais adequado caminho.

O desenvolvimento regional no Estado brasileiro em suas diferentes escalas, foi objeto de ampla intervenção nas décadas de 50 e 60 do século passado, situação que não tem se sustentado na atualidade, observando-se um recuo desse organismo nessa questão, por diferentes fatores, principalmente como forma de adequação às novas exigências da reprodução capitalista. Nesse sentido, os problemas regionais no Brasil e no Estado da Bahia encontram hoje condições ainda mais desfavoráveis.

Os conceitos de Estado e de desenvolvimento geograficamente desigual são prioritários para esta abordagem decorrendo, a partir deles, algumas discussões secundárias que resultam de questionamentos como: de que maneira a geografia tem se relacionado com a teoria marxista? Qual a vertente da geografia marxista em que se fundamenta? Em que medida ela se relaciona (se situa) com o próprio marxismo? Que posição assume a discussão do desenvolvimento regional como ação estatal na geografia marxista?

Para dar conta de questões como estas, acaba-se por destacar perspectivas que mesmo contrárias à nossa visão servem como parâmetro de abordagem. Exemplo de tal procedimento encontra-se no momento em que é tratado o conceito de desenvolvimento, discutido como um processo geograficamente desigual, não significando, todavia, que a identificação das abordagens hegemônicas - referências para as ações estatais no decorrer da história – não seja necessária.

Especificamente na discussão do Estado recorre-se, de forma bastante embrionária, a algumas idéias gramscianas, particularmente as que dizem respeito aos mecanismos utilizados pela classe dominante no exercício do poder.

Já num segundo momento, tenta-se implementar uma leitura da experiência do Estado brasileiro no desenvolvimento regional, em diferentes escalas, à luz dos pressupostos teóricos priorizados.

De certa forma, esta exposição retrata o momento de reflexão em que nos encontramos, sendo as idéias aqui apresentadas um avanço em relação ao ponto inicial, mas que devem ser, ainda, amadurecidas (pela própria dinâmica) no transcurso de nossas investigações.

Sobre a Perspectiva Teórica de Análise.

Para Escolar (1996) existem duas condições básicas no plano teórico: uma epistemológica que garante as formulações pelos diferentes setores na explicação dos fatos reais – objeto próprio da disciplina; e outra, contextual, traduzindo-se nas problemáticas reais que se inscrevem os fatos objetivos da comunidade em questão.

Tendo este ensaio como proposta central a tentativa de estabelecer pressupostos teóricos sobre o Estado e o desenvolvimento regional, inicialmente percebe-se como fundamental a evidência da condição epistemológica que o envolve e de que maneira a perspectiva recorrida se posiciona dentro desta condição.

Ainda que o fio condutor destas reflexões advenha da geografia, nos vemos obrigados a recorrer a outras ciências mediante a dependência teórico-conceitual da geografia de elementos alheios à sua discussão (ESCOLAR, 1996).

Um resgate epistemológico permite aludir que a incorporação do marxismo pela geografia representa apenas um momento de sua evolução científica, sendo um processo relativamente recente e com algumas características específicas, não restando dúvida, todavia, de que essa fundamentação é a que mais satisfatoriamente oferece à ciência geográfica instrumentos para uma leitura da realidade contemporânea, sobretudo por considerar o movimento, a inexistência do eterno, fixo e absoluto e as contradições internas do conjunto em que estão inseridos os elementos (LÖWY, 2003); por relacionar o que a racionalidade ‘pura’ não permite: o absoluto com o relativo, o falso com o verdadeiro, o concreto com a idéia, o objetivo com o subjetivo, a forma com o conteúdo, a aparência com a essência (SILVA, 2004).

[...]. Em contraste com a tradição geográfica, a teoria marxista é explicitamente histórica, sendo isso uma de suas principais forças. A teoria marxista tenta explicar a estrutura econômica, política e social específica da sociedade num dado período, como resultado não de forças supostamente universais (por

exemplo, a natureza humana), mas como resultado de processos historicamente específicos e contingentes. [...] Uma força maior da teoria marxista é sua perspectiva relacional, que trata a sociedade capitalista como um todo coerente (pelo menos de modo sempre consistente), mais do que como uma aglomeração de fragmentos.[...] (SMITH, 1988, p.15).

É mister, também, nesse contexto introdutório, enfatizar que a inclinação para a corrente filosófica de interpretação materialista dialética que concebe a realidade de forma objetiva e em constante movimento independente da consciência humana (contrapondo-se ao Idealismo), não significa deixar de reconhecer, com base em Escolar (1996), que “[...], se bem a hipótese realista afirme que a existência da realidade é concreta, sua compreensão só é possível pelo fato de que a ação do sujeito delimita-a para seu conhecimento” (p.16).

Ao atrelar a condição objetiva dos fenômenos à subjetividade da produção do conhecimento, de certa forma, admite-se um posicionamento (dentre vários outros) derivado dos desdobramentos da perspectiva materialista dialética (originalmente concebida por Marx) em sua evolução histórica, logo, da existência de várias vertentes, a exemplo das que têm como representantes Althusser, Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Graamsci, entre outros.

Além da diversidade característica da filosofia marxista, a sua utilização pela geografia é, também, marcada por posicionamentos diferentes e, segundo Mores (1996), o seu maior problema (num primeiro momento) reside, justamente, na anulação da figura do sujeito no processo de valorização do espaço, colocando “as questões da consciência, da individualidade e da subjetividade como ‘esfera sobredeterminada da superestrutura’, isto é como um universo reativo, explicável externamente por ‘causas’ econômicas” (p.21).

A condição epistemológica da ciência geográfica, além de apontar para uma posição secundária do marxismo, predominando em suas abordagens o positivismo e neo-positivismo, aponta, também, para um processo de crise teórica que a acompanha. A crise, sob o ponto de vista teórico da geografia, é reconhecida por diferentes autores, inclusive entre aqueles que se fundamentam no marxismo.

Qualquer que seja o ponto de vista a partir do qual se considere a crise da geografia, sempre se chega a reconhecer que em sua base está uma vistosa carência de reflexão epistemológica e que o atraso da geografia em relação às outras ciências humanas e naturais é antes de mais nada um atraso na elaboração e no controle dos próprios instrumentos lógicos (QUAINI, 1979, p.26).

Esta ressalva é bastante pertinente, tendo em vista que a deficiência teórica da geografia, identificada por Quaini, é, por extensão, também de nossa formação. Por conseguinte, tem sido objeto de sérias preocupações/inquietações na nossa prática profissional. Estamos cientes das limitações que nos acompanham, podendo, por vezes (por mera incompetência), nos contradizer. Assim sendo, a decisão de recorrer ao método dialético como formulação teórica para a geografia que queremos realizar é permeada de dúvidas, e ao mesmo tempo, de algumas certezas.

De imediato, não se pretende incorporar o marxismo à geografia da forma que muitos geógrafos na década de 70 o fizeram. Para Soja (1993), na primeira fase desse processo, eles não conseguiram solucionar os principais problemas epistemológicos desta ciência. O espaço e a espacialidade foram considerados como uma expressão reflexa, um produto das relações sociais mais fundamentais de produção, e das ‘leis de movimento’ a-espaciais do capital (WALKER, 1978; MASSEY, 1978; MARKUSEN, 1978 apud SOJA, 1993).

Na geografia, tal visão transparece num entendimento da produção do espaço que avalia as determinações do modo de produção sem substantivá-las. Toma-se um capital que não se personifica em agentes sociais. Trabalha-se um capitalismo desistoricizado, pura abstração econômica. Enfim, uma leitura economicista da obra de Marx, que encontra guarida numa disciplina profundamente marcada pelas formas positivistas de pensamento. A ênfase na problemática do sujeito repõe as tentativas marxistas

de renovação da Geografia num patamar mais rico de reflexão (MORAES, 1996, p. 21 e 22).

Para alguns autores os problemas dessa orientação geográfica, em muito, decorrem da forma que se lê as idéias de Marx. Santos (1996) enfatiza que “não basta jogar com categorias marxistas de forma dogmática como se os fatos, ontem ou hoje, se pudessem dar de uma vez por todas” (p.133). Ou mesmo que,

há duas maneiras de realizar tal leitura (de Marx, griffo meu). A primeira é tratar Marx como o ‘pensador mestre’, cujas afirmações carregam o imprimátur da verdade absoluta. A segunda (que prefiro), é tratar suas afirmações como propostas experimentais e idéias inacabadas, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais dos seus estudos, notas e cartas grandemente inéditos. [...] (HARVEY, 2005, p.13).

Mesmo predominando na geografia, por bom tempo, uma leitura enviesada de Marx, seria injusto generalizá-la. Desde o início da década de 1980 este quadro vem se alterando a partir de alguns autores que vêem a necessidade de espacializar a teoria marxista, compreendendo que a organização do espaço não é apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercute na moldagem das relações sociais (SOJA, 1993).

É necessário começar deixando tão clara quanto possível a distinção entre o espaço per se, o espaço como um dado contextual, e a espacialidade de base social, o espaço criado da organização e da produção sociais. De uma perspectiva materialista, seja ela mecanicista ou dialética, o tempo e o espaço, no sentido geral ou abstrato, representam o forma objetiva da matéria. Tempo, espaço e matéria estão inextricavelmente ligados, sendo a natureza dessa relação um tema central na história e na filosofia da ciência. Essa visão essencialmente física do espaço influenciou profundamente todas as formas de análise espacial, quer filosóficas, teóricas ou empíricas, quer aplicadas ao movimento dos corpos celestes ou à história e ao panorama da sociedade humana. [...] Mas esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais (SOJA, 1993, p. 101).

Da mesma forma que a utilização das idéias marxistas pela geografia tem sido um processo dinâmico, se atribui, também, a essa corrente filosófica uma dinâmica histórica muito diversa. Ao identificar momentos de renovação desse pensamento, Moraes (1996) refere-se ao período histórico posterior a Terceira Internacional (controlada por Stalin) como um contexto de surgimento de algumas de suas vertentes muito utilizadas nas análises da realidade contemporânea. Segundo ele, “três vertentes de reflexão afloram com vigor em tal contexto: a que flui do pensamento de Luckács, a que sai das formulações de Gramsci, e a que se agrupa em torno da ‘Escola de Frankfurt’” (MORAES, 1996, p. 55 e 56). Dentre elas, adota-se, na composição dessa metodologia, algumas idéias de Gramsci, principalmente, as que se referem ao exercício do poder, relacionado à figura do Estado e, ainda, as que dizem respeito à questão regional, abordada por ele tomando como base a questão meridional Italiana.

Reflexões Sobre o Estado: a contribuição gramsciana.

Buscar Gramsci como referência para uma discussão teórica do Estado que se destina a uma realidade histórica e espacialmente determinada se justifica por alguns aspectos, dentre os quais, pela dedicação de um pequeno número de autores à teoria marxista do Estado. Marx, apesar de ter intencionado elaborar um tratado a esse respeito, não chegou a realizá-lo, estando suas considerações diluídas em seus diversos textos.

Afora a defesa veemente de Lênin (edição de 1949) do que pode ser denominada posição marxista

‘ortodoxa’ e das análises perceptivas de Gramsci (1971), poucos marxistas prestaram atenção ao tema até recentemente, quando as obras de Miliband (1969), Poulantzas (1973; 1975; 1976), Offe (1973), Altvater (1973), O’Connor (1973), Laclau (1975) e outros recolocaram a questão no primeiro plano da análise marxista (HARVEY, 2005, p.79).

Autores que se dedicaram a reconstruir o pensamento de Marx sobre o Estado, como Chang (1931), tiveram que recorrer aos trabalhos de Engels (HARVEY, 2005). Em certa medida, Gramsci retoma também as indagações de Engels, particularmente as que se referem às estratégias de manutenção do poder e de gestão do Estado. O conceito gramsciano de ‘guerra de posições’, enquanto acirramento do combate na dimensão cultural e da luta ideológica como forma de sustentar as classes dominantes no poder, por exemplo, encontra similitudes na formulação de Marx e Engels quando estes afirmam

[...] que a classe dirigente ‘domina também como pensadora, como produtora de idéias, e regula a produção e distribuição de idéias de sua época: assim, suas idéias são as idéias dominantes da época (MARX e ENGELS, 1970 apud HARVEY, 2005).

A filiação de Gramsci em Marx e Engels fica ainda mais clara na consideração de como as classes dirigentes fazem crer que suas idéias são universais, acima de qualquer interesse particular, como é mostrado na seqüência do texto de Harvey.

Contudo, se essas idéias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do ‘interesse comum’, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades universais. Assim, essas idéias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de ‘justiça’, ‘direito’, ‘liberdade’ são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico (HARVEY, 2005, p.81).

Gramsci, além de representar dentro do marxismo uma referência na discussão do Estado, diferente de outros seguidores dessa filosofia, a trata de maneira muito mais abrangente, considerando como determinantes não apenas a dimensão econômica. Ele

combate o ‘marxismo vulgar’ de Bordiga e o ‘fatalismo mecanicista’ de Bukhárin, e também luta pelo resgate da ‘herança hegeliana’. Em certo sentido vai além, por exemplo, ao avaliar com justeza que a Revolução Russa havia sido feita ‘contra’ o que ele considerava um ‘certo fatalismo’ de Marx, e que nisso residia uma riqueza do leninismo: o teorizar sobre a situação histórico-concreta. Ele é até incisivo na crítica ao estabelecimento de uma forma sistemática definitiva para o marxismo, um modelo explicativo comum a todas as realidades e situações. Ao contrário, o pensamento de Gramsci destaca a necessidade da análise específica dos ‘quadros nacionais’, e sua reflexão é basicamente um esforço para compreender o ‘caso italiano’, numa operação que adquire universalidade por sua riqueza teórica (por exemplo, ao pioneiramente atentar para a análise das instituições) (MORAES, 1996, p.64).

No pensamento gramsciano é retomado a preocupação leninista com as condições determinantes da revolução socialista, sem, todavia, concebê-la como uma fatalidade. Em vez disso, ele procura teorizar os mecanismos de sua construção, atentando-se para “as consciências dos atores políticos, os sujeitos coletivos, os partidos, o Estado. Enfim, Gramsci é fundamentalmente um pensador da política, que vê o marxismo como uma ‘filosofia da práxis’” (MORAES, 1996, p.65). O fato de ser considerado como um pensador da política é um aspecto decisivo para a sua reafirmação na interpretação da política baiana.

Como enfatizado pelos inúmeros autores que se dedicam ao estudo deste filósofo, as suas análises de destinaram à realidade italiana, mas, pela genialidade apresentada, aplicam-se a diversas outras, sobretudo (em nossa avaliação) às que sócio-territorialmente se colocam como frágeis sob o ponto de vista da dinâmica capitalista, a exemplo da Região Sudoeste da Bahia. Como centro de suas preocupações está a busca de entendimento do porque as massas populares da Itália colocaram os fascistas no poder

pelo voto e não o grupo político do qual fazia parte, retrabalhando, a partir daí, o conceito de ‘hegemonia’, que se constrói pela força, mas também pelo convencimento e direção moral da sociedade. A questão gramsciana de fundo é adequada à realidade baiana sendo reelaborada pela tentativa de se compreender como o poder na Bahia tem se sustentado e de que maneira, as frações sócios-territoriais em desvantagem participam para a sua manutenção.

As esferas da cultura e da ideologia ganham destaque, pois qualquer governo para se manter necessita de uma base de consenso, e este é edificado no plano das idéias. Os valores difundidos, uma vez assimilados, tornam-se forças sociais objetivas que se movimentam o universo da política. A hegemonia é, assim, a conquista do poder com uma base de legitimação. As rupturas revolucionárias ocorrem segundo Gramsci, na crise da hegemonia, na perda de sua legitimação (MORAES, 1996, p.66).

A necessidade de legitimação na sustentação do poder, segundo Gramsci, origina-se com as transformações históricas ocorridas no Estado após o período de 1870. O Estado, nessa ocasião, ampliou as suas funções, deixando de se restringir à dimensão política da sociedade. Tal processo, para ele, não ocorre da mesma maneira entre os países ocidentais e orientais. Nas sociedades ocidentais, a partir do período aludido, verificou-se um certo equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade civil foi se transformando no espaço do exercício da hegemonia, onde as classes sociais dominantes, por meio da direção intelectual e moral, passaram a legitimar o seu projeto entre outros grupos sociais (GRAMSCI apud SENRA, s/d.).

A sociedade política representa a totalidade de mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência através do controle das burocracias; e a sociedade civil, o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (COUTINHO, 1981 apud SENRA, s/d, p.16).

Gramsci recusa os ‘modelos universais’ na apreensão das diferentes realidades nacionais, sendo o formato assumido pelo Estado diverso no tempo e no espaço com combinação de aspectos internos e externos, específica em cada uma de suas ocorrências. Em parte, isto decorre da incorporação das relações capitalistas, constantemente incompleta e variada entre as realidades nacionais. Não raramente, aspectos sociais e políticos de organizações sociais precedentes sobrevivem, em paralelo, com as relações capitalistas. No caso brasileiro, isto é particularmente observado.

O ocidente brasileiro aponta profundas diferenças históricas em relação ‘aquilo que poderíamos chamar de ocidente clássico (sempre ressaltando as profundas diferenças nacionais), das quais, apesar da urbanização e industrialização, e apesar da construção de poderosas organizações da sociedade civil, têm se mantido: a marginalização de amplos setores sociais, o caráter privatizado de grande parte do aparelho estatal, a persistência de práticas autoritárias e clientelistas, e enorme resistência ‘a democratização dos meios de comunicação, o caráter precário da grande maioria dos partidos políticos, a dificuldade de formação de uma cultura de participação popular (SENRA, s/d, p.20).

Ainda que os mecanismos utilizados pelos Estados no desempenho da reprodução capitalista sejam variados histórica e espacialmente, em qualquer situação eles são permeados de contradições.

Com base em Gramsci, uma das mais significativas contradições tem a ver com os mecanismos recorridos pela classe dirigente quando faz crer que suas ações são para o bem de todos e, não em função de seus interesses particulares. Na universalização de suas idéias como idéias dominantes utiliza-se, principalmente, da ideologia. As instituições devem parecer autônomas e independentes em seu funcionamento, condição para que o poder estatal influencie a educação e controle o fluxo de idéias e informações. Ao Estado cabe, também, transferir benefícios e garantias aos trabalhadores, bem como prover a sociedade de bens públicos e infra-estruturais que não despertam interesse econômico na classe capitalista.

O Estado capitalista põe em prática um sistema legal, envolvendo noções de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, de maneira a possibilitar a ocorrência das relações sociais nos moldes

capitalista (HARVEY, 2005).

[...]. Sob essas condições, o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses (HARVEY, 2005, p.86).

Nesse sentido, ainda que o sistema político do Estado-Nação, assim como outras formas sociais modernas, seja abordado como resultado e condição da organização social capitalista (GIDDENS, 1991) ou, em outras palavras, que “o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital” (MESZÁROS, 2002, p. 124 e 125), não se deve considerá-lo apenas como uma grande conspiração voltada à exploração dos trabalhadores (HARVEY, 2005).

Breve Trajetória Conceitual do Desenvolvimento.

As transformações materiais do mundo após o ano de 1945 fazem parte de um contexto justificativo ao interesse despertado sobre o tema desenvolvimento pela pesquisa e docência.

Em primeiro lugar, a descolonização pôs em foco problemas que tinham permanecido ocultos sob a égide colonial em muitos países que, após a independência, consideram hoje em dia a planificação do desenvolvimento uma das primeiras prioridades. Em segundo lugar, o acirramento da rivalidade Leste-Oeste estendeu-se as novas nações e um dos muitos campos de batalha a surgir relacionava-se com a ajuda para o desenvolvimento. Em terceiro lugar, o declínio dos índices de mortalidade nos países do Terceiro Mundo, conjugado com a persistência de índices bastante altos de natalidade, redundou em generalizada expansão demográfica. A conseqüente ‘explosão populacional’ exacerbou a situação dos pobres, gerou novos problemas de desemprego e intensificou a pressão sobre recursos escassos. Em decorrência, a problemática do desenvolvimento adquiriu nova urgência. Por fim, o aperfeiçoamento das comunicações e da tecnologia de transportes, juntamente com o uso intensificado da propaganda entre o Leste e o Oeste, despertou no mundo a consciência das disparidades de condições de vida (STREETEN apud FORBES, 1989, p.107).

Todo este contexto repercute na realidade brasileira de forma bastante incisiva, como tenta se mostrar no item atribuído especificamente à experiência de desenvolvimento regional no Brasil. Inicialmente, optou-se por levantar, de forma geral, os elementos que se fizeram presentes na discussão (teórica) do desenvolvimento nesta e nas sucessivas fases históricas.

O desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 foi entendido, essencialmente, como a necessidade de transformação dos países e regiões de base agrária em uma base industrial. A conquista do desenvolvimento econômico, numa perspectiva de progresso linear, predominou no debate daquele momento.

Segundo Rostow (1958), destacado teórico da época, cada país atravessa vários ‘estágios de crescimento’. Os países desenvolvidos chegaram ao take-off (decolagem) algum tempo antes. Agora é a vez dos subdesenvolvidos, desde que os libertem das restrições ao avanço, tais como falta de capital (FORBES, 1989, p. 108).

A teoria que mais influenciou a geografia do desenvolvimento nesse período foi a Teoria da Modernização, enquanto uma das várias correntes difusionistas recorridas pelos geógrafos. Dentre os exemplos mais destacados encontram-se “o modelo núcleo-periferia de Friedmann (1969), a tese de Perroux (1950) sobre efeito de polarização e dispersão e a geografia da escola de modernização encabeçada por Soja (1968), Gould (1970), Riddell (1970) e Berry (1972)” (FORBES, 1989, p.109).

A teoria da modernização foi criticada pelo seu caráter eurocentrista materializado na explicação

simplista da relação entre modernização, ocidentalização e progresso. “Ao abstrair a experiência histórica do contexto, ignorou inteiramente as causas do padrão complexo do desigual desenvolvimento regional no mundo [...]” (FORBES, 1989, p. 110).

Na década de 70, contrapondo-se à teoria da modernização, um conjunto de teóricos, com destaque para A. G. Frank, deu corpo a Teoria da Dependência que concebia o subdesenvolvimento por meio de novos elementos.

O principal aspecto a distinguir os críticos da dependência de seus antecessores, além do vigor do ataque, era o fato de terem uma coerente e poderosa explicação alternativa. Explicação que, além do mais, devolvia boa parte da responsabilidade pelo subdesenvolvimento do Terceiro Mundo às antigas potências coloniais, agora industrializadas, o que foi aceito e promovido por muitos e combativos líderes do Terceiro Mundo. [...] (FORBES, 1989, p. 111 e 112).

A situação desfavorável (escassez de recursos) dos países do Terceiro Mundo passa a ser compreendida como subordinada ao contexto mundial e, à definição do desenvolvimento, gradativamente, incorporam-se objetivos não apenas materiais. Tais alterações incidem diretamente na geografia, observando o surgimento de posições contestatórias (radicais) no seu interior (ainda não marxistas) tendo como principal evidência a criação do periódico *Antipode: A Radical Journal of Geography* (‘Antípoda: Revista Radical de Geografia’), em 1969.

Numa perspectiva crítica, ao lado das teorias da dependência vale a pena destacar a literatura com ênfase na ‘articulação dos modos de produção’ que assumira, mais centralmente, o debate sobre o subdesenvolvimento pela incapacidade das mesmas em dar prosseguimento a uma análise marxista das relações de produção, principalmente nas pequenas escalas.

Em poucas palavras, essa literatura está baseada numa teoria do imperialismo que considera a garantia de suprimento de mão-de-obra barata como sendo o impulso dominante da expansão do capitalismo do centro para fora. No essencial, contudo, ela se concentra sobre a articulação dos modos capitalistas e pré-capitalistas de produção nas formações sociais periféricas, demonstrando o papel dominante do capitalismo dentro da articulação e a maneira como esse domínio é usado para ‘conservar’ e ‘dissolver’ os modos pré-capitalistas de produção. [...] (FORBES, 1989, p.167).

A diversidade das formulações teóricas voltadas ao desenvolvimento é um aspecto observado no geral e, particularmente, no interior do marxismo, a exemplo, neste caso, das seguintes referências: leis de acumulação de capital (Amin); articulação dos modos de produção (Rey); complexa teorização (Althusser); libertação nacional (Caldwell). Tal quadro leva Forbes, (1989) a questionar a existência de uma única estratégia metodológica, ou de um único ângulo na consideração do subdesenvolvimento.

De qualquer sorte, tanto nas teorias marxistas como nas que mais influenciaram as práticas de planejamento e desenvolvimento - Myrdal (1957), Hirschmann (1958) e John Friedmann (1972), François Perroux (1950) - pouca ou nenhuma atenção foi atribuída à dimensão espacial do desenvolvimento. Nestes casos, a espacialidade do desenvolvimento foi encarada como resultante da difusão, manipulada, inocentemente, pela intervenção estatal (SOJA, 1993).

A partir do final dos anos 80, com a divulgação pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, iniciaram-se novas discussões sobre o conceito de desenvolvimento, incorporando-se-lhe e adjetivos como sustentável, local, que assumiram, de lá para cá, a hegemonia do debate. A emergência dessa nova fase na concepção de desenvolvimento é justificada pelo despertar da sociedade para com os problemas ambientais, sendo atribuída maior importância às dimensões ambiental e espacial, até então negligenciadas. No seio dessas novas discussões existem grupos bastante comprometidos, que apresentam argumentos coerentes, aos quais, ainda que discordemos teoricamente, não podemos negar as contribuições. Há, por outro lado, a apropriação do resultado dessas discussões, sobretudo pelos dirigentes políticos, de maneira oportunista, deixando evidente as suas principais contradições.

O desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMDA, 1991, apud BUARQUE, 1996, p. 6), sugerindo o aumento de oportunidades sociais com compatibilidade entre o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social. (BUARQUE, 1996).

Segundo Becker (1995), o desenvolvimento sustentável, como exposto no Relatório Brundtland (1987), é uma feição específica da geopolítica contemporânea, deixando à mostra a dimensão política do espaço e dos conflitos a ele inerentes em várias escalas geográficas.

Assim como o desenvolvimento sustentável tem suscitado críticas, principalmente relacionadas à incompatibilidade das exigências da acumulação capitalista com a preservação ambiental, também o emprego indiscriminado da terminologia escala local e outras impulsiona Brandão (2003) a realizar observações extremamente pertinentes. Segundo ele,

Nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, no Brasil e no mundo. Tais análises subentendem uma idéia de que estaríamos vivendo em comunidade, não em sociedade; que, em decorrência, esse conjunto social não é cindido em classes e interesses políticos complexos (daí discutirem apenas atores sociais); que vivemos processos de destruição das escalas intermediárias e o mundo estaria confirmando a tendência bipolar das escalas espaciais – apenas o ‘local’ e o ‘global’. Nesta visão, altamente consensuada hoje, só restaria a opção de políticas de desenvolvimento monoescalares, isto é, só tendo o local como ponto de partida (e de chegada?), comunitário, solidário, em ambiente de alta sinergia associativa do seu ‘capital social’, e que poderia acionar e se conectar à rede dos fluxos globalizados (p.9).

Se por um lado, a ênfase na escala local designa a valorização do território e da dimensão espacial do processo de desenvolvimento (deficiência observada nas teorias antecedentes), por outro, o faz por meio da mais completa banalização de questões estruturais (dinâmicas e históricas) que transcendem a dimensão escalar. Estas são colocadas no campo comum do voluntarismo, não sendo nem ao menos tangenciados os fatores que lhes dão forma. Estabelece-se, predominantemente, uma concepção teórica e analítica, centrada num “pensamento único localista” convergindo à produção científica e implementação das políticas ‘públicas’. Contraditoriamente, negligenciam-se as especificidades regionais, não conseguindo evidenciar coerentemente o significado do espaço no processo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2003). Erroneamente, atribui-se à estratégia espacial a responsabilidade de democratizar politicamente a sociedade, esquecendo que a descentralização do poder de decisão requer, precedentemente, a garantia da representação social em todos os escalões, não podendo ser confundida com a mera desagregação (BECKER, 1986, p.59).

A Região Como Categoria de Análise Geográfica: implicações empírica e conceitual.

Ao contrário do procedimento adotado na exposição sobre o desenvolvimento, em relação ao conceito de região não se realiza um resgate histórico de suas principais vertentes, mas uma discussão norteada pelo questionamento acerca de como conceber a região enquanto categoria de análise geográfica de processos sociais e políticos contemporâneos, particularmente na sua relação com as ações estatais de desenvolvimento.

Enquanto referências básicas à discussão de região que se realiza neste momento estão, dentre outros, os trabalhos de Lencioni (2003) e Bezzi (1996), que resgatam a diversidade de perspectivas de sua análise no seio do pensamento geográfico e, ainda, o de Carleial (1993), que realiza uma abordagem regional sob orientação essencialmente marxista.

De imediato, torna imprescindível contrapor-se à noção de região disseminada pela geografia tradicional. Vidal de La Blache, marco da geografia clássica francesa e da utilização desta categoria como

centro da ciência geográfica foi, também, por extensão, o responsável pela sua quase perpetuação como algo auto-evidente, de caráter absoluto, passível de ser descrita em sua plenitude e delimitada territorialmente (de forma rígida) com base na ocorrência dos elementos naturais. Na verdade, esta compreensão subestimou a dimensão social do espaço não dando conta dos processos sociais (econômicos, políticos etc.) do contexto histórico em que foi gerida e, muito menos, dos ocorridos na contemporaneidade.

De fato, a descrição que Vidal faz da França, deixando crer que ele apreende ‘tudo’ aquilo que é ‘importante’, é o resultado de uma estrita, mas discreta, seleção dos fatos; ela deixa na penumbra o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos decorrentes de um passado recente. De outro lado, e isso é o mais grave, essa descrição impõe uma única forma de dividir o espaço e esta não convém, de forma alguma, ao exame das características espaciais de numerosos fenômenos urbanos, industriais, políticos, por exemplo, aqueles justamente que Vidal não quis levar em consideração (LACOSTE, 1988, p.63).

Na geografia tradicional, assim, a localização das atividades sociais realiza-se com base nos elementos naturais, desconsiderando o fato de que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o princípio da vantagem natural é cada vez menos importante.

Apesar de La Blache ter humanizado a região, o problema maior reside na questão do método (como enfatiza Lacoste) sendo atribuído às atividades humanas peso similar aos demais componentes de uma região.

A região possui uma longa trajetória no interior da geografia, merecendo destaque, diante dos objetivos deste ensaio, o sentido político-administrativo a ela atribuído. A região como recorte político-administrativo permite ao Estado exercer o controle e a administração hierárquica de seu território

A região tem em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. É hora talvez de estabelecer que na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial. [...] De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição [...] (GOMES, 1995, p.72 e 73).

Parafraseando Gramsci (1966), Egler (1995) considera a região como “uma questão do Estado, na medida que sua resolução passa necessariamente pela composição do bloco no poder e pelas medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda” (p. 209).

Ainda que se reconheça o caráter político-administrativo da região, numa análise de processos políticos contemporâneos esta concepção é extremamente limitada, não respondendo as preocupações que norteiam esta análise.

Grande parte desses estudos tem se caracterizado pelo abandono paulatino da discussão conceitual de região, detendo-se mais na análise de porções do espaço, no interior dos contornos do que se denomina Região nordestina. Nestes casos, a região em si é tida, ou seja é enfocada como fato, como um dado. (SILVA, 2000, p.101)

De qualquer sorte, por conveniência (disposição dos dados oficiais, por exemplo) bem como pela amplitude assumida no plano real, somos obrigados a admiti-lo entendendo, todavia, que a região é uma realidade que se estabelece por meio de diferentes relações, extrapolando essa visão. Ela é tanto uma realidade concreta quanto uma categoria de análise.

Paralelo a ineficiência metodológica dessa concepção, observa-se, no plano empírico, que mesmo o Estado na implementação de suas políticas, não tem priorizado os recortes políticos administrativos edificados

em momentos antecedentes. Porto (2002), por exemplo, refere-se ao desmonte institucional das regiões tradicionalmente estabelecidas no (e pelo) Estado da Bahia. Segundo ele,

Isso torna complexa a conceituação de região, tal como ocorria há pouco tempo e altera as concepções de estratégias de atuação sobre a realidade, uma vez que, por exemplo, dilui os contornos dos conceitos de campo e cidade, urbano e rural, porque articula espaços estruturantes estejam eles onde estiverem. Restringe-se, dessa forma, a eficácia de concepções de políticas rigorosamente regionalizadas, que visam abarcar toda a realidade, inclusive as variadas demandas do setor público. Há, ao mesmo tempo, vários formatos regionais adequados a uma ótica de desenvolvimento. Em grande parte, os territórios se agrupam oportunisticamente para responder a necessidades pontuais e passageiras. Assim, uma regionalização pode atender a uma necessidade de uma política para o turismo e, de outra parte, outro formato regional deve ser desenhado para atender às demandas das políticas vinculadas ao setor agrícola, por exemplo. (PORTO, 2002, p.109).

O Desenvolvimento Geograficamente Desigual: alternativa conceitual a uma análise do desenvolvimento em sua dimensão espacial.

Aprender o desenvolvimento como um processo geograficamente desigual representa, para nós, uma estratégia metodológica à abordagem do desenvolvimento capitalista em sua dimensão espacial nas diferentes escalas, particularmente na regional. Nesse sentido, esta perspectiva fornece-nos elementos capazes de fundamentar tanto a abordagem do desenvolvimento quanto da questão regional. Indica, também, na prática, que a desigualdade espacial faz parte do desenvolvimento contraditório do capitalismo no seu todo, sendo um fator de sua própria organização e, que por meio das desigualdades espaciais é possível se chegar às contradições das trajetórias capitalistas em curso.

A ênfase na dimensão espacial, todavia, não significa negar os outros aspectos do processo de desenvolvimento. Na verdade compreende-se, com base em Smith, que “a diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral. [...]” (1988, p.159)

A dinâmica subjacente ao desenvolvimento geograficamente desigual é a fonte primordial da problemática espacial em todas as escalas, resultando, dialeticamente, tanto das leis gerais de reprodução capitalista (especialmente indiferenciadas) como das especificidades sócio-territoriais determinadas. Numa interpretação meramente “teórica e abstrata do capitalismo, [...], o desenvolvimento geograficamente desigual é não apenas irrelevante, como também afastado por definição, logicamente obliterado” (SOJA, 1993, p. 129 e 130).

O conceito de desenvolvimento geograficamente desigual tem origem na teoria marxista, especificamente no contexto da chamada ‘lei’ do desenvolvimento desigual, apesar de inicialmente não ter sido bem discutido. Como um processo à parte, o desenvolvimento desigual foi primeiramente abordado (com certa profundidade) por Lênin, assumindo uma dimensão política após a revolução de 1905, ao ser questionada a possibilidade de ocorrência da revolução socialista nas nações economicamente pouco avançadas. (SMITH, 1998)

O ressurgimento da perspectiva de análise centrada no desenvolvimento desigual, mais contemporaneamente, associa-se à retomada de interesse pelo marxismo e pelas expressivas características da geografia capitalista contemporânea, como resultado de mudanças abruptas no processo de acumulação do capital (SMITH, 1988). Na opinião de Soja (1993) “a ‘formação e re-formação irrequietas das paisagens geográficas’ acionadas pela dinâmica do desenvolvimento capitalista, foram a mais importante descoberta a emergir do encontro entre o marxismo ocidental e a geografia moderna” (p.192).

A reprodução do capital via a aceleração do seu tempo de giro, utiliza como mecanismo a criação e recriação das paisagens geográficas. Nesse contexto, ocorre “um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização [...] ao longo de toda a história geográfica do capitalismo [...]” (HARVEY, 2004, p.88).

Esta dinâmica envolve as diferentes realidades espaciais do mundo, mas com intensidades variadas, de onde se conclui que “[...] o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (SMITH, 1988, p.19).

Assim, ‘a produção de escalas espaciais’ e ‘a produção da diferença geográfica’ figuram como dois componentes fundamentais do desenvolvimento geograficamente desigual. As coisas, os processos contemporâneos assumem características específicas, de acordo com as escalas em que se dão, todavia dependendo dialeticamente umas das outras.

Por outro lado, as escalas e, por conseguinte as regiões, não são imutáveis como se fossem processos naturais; ao contrário, são decorrentes das relações sociais entre os seres humanos, logo, construídas e alteradas constantemente. “As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações.” (SWYNGEDOUW, 1997 apud HARVEY, 2004, p.109). Em outras palavras, “o entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir a reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. [...]” (VAINER, 2002, p.24).

Para Smith (1988) é na escala do Estado-Nação que o desenvolvimento regional desigual assume grande importância, instaurando-se nas regiões sub-nacionais processos variados de desenvolvimento, como fruto da divisão do trabalho imposta pela reprodução do capital.

A Questão Regional Brasileira em Diferentes Escalas: uma leitura referenciada.

A partir deste momento, destina-se à elucidação e análise do desenvolvimento regional no Estado Brasileiro, exemplificado com o caso baiano. Fazendo jus aos pressupostos teóricos enfocados, estruturamos esta exposição considerando algumas escalas que, em nossa opinião, contém e estão contidas nas demais.

Com finalidades meramente analíticas estabelece-se uma seqüência escalar que perpassa o Estado Brasileiro, a Região Nordeste, o Estado da Bahia e a Região Sudoeste. Este procedimento, todavia, não significa deixar de reconhecer que os processos dificilmente obedecerão tal seqüência. A escala nordestina é resgatada, por exemplo, pela sua condição de ícone da questão regional brasileira e, ainda, porque concentra elementos aplicáveis, facilmente, à realidade regional (sub-estadual) de nosso interesse.

A experiência do Estado Brasileiro no desenvolvimento regional foi bastante significativa nas décadas que sucedem aos anos 1950, representando um poderoso instrumento na integração dos territórios nacionais como condição para a formação da corporação transnacional (no país) naquele momento. A partir da década de 80, porém, como decorrência de uma nova fase do capitalismo, marcada pelo acirramento da competição entre países e regiões, bem como dos seus reduzidos resultados frente aos problemas sócio-territoriais do país, a política regional assume novas feições. Conforme Becker (1986), o quadro de inoperância que caracteriza estas ações hoje, evidencia contradições inerentes à crise do capitalismo mundial, da região e do próprio Estado.

O fato é que, nos anos noventa, tende-se a romper o padrão dominante no Brasil das últimas décadas, onde a prioridade era dada à montagem de uma base econômica que operava essencialmente no espaço nacional – embora fortemente penetrada por agentes econômicos transnacionais – e que ia lentamente desconcentrando atividades em espaços periféricos do País. Agora, prioriza-se a inserção competitiva dos ‘focos dinâmicos’ do País na economia mundial, em rápida globalização. O Estado nacional, por sua vez, que jogava um papel ativo nesse processo, tanto por suas políticas ditas de corte setorial/nacional, como pela ação de suas Estatais, agora retrai-se. No presente, as decisões dominantes tendem a ser as do mercado, dada a crise do estado e as novas orientações governamentais, ao lado de uma evidente indefinição e atomização que têm marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil (ARAÚJO, 2000, p. 76).

Na atualidade, a lógica de mercado acaba por canalizar os esforços para o desenvolvimento das regiões (nas diferentes escalas) propícias a atrair capital visto que a globalização busca a eficiência em detrimento da equidade. Os autores que discutem o Estado considerando o seu principal papel como a defesa do bem comum, percebem, na incorporação dessa lógica uma grande contradição. Querem acreditar que as anomalias provocadas pelo capital deveriam ser corrigidas pelas ações do Estado, justificando uma atuação ainda mais significativa da variável política.

Todavia, ao compreender o Estado como instrumento (condição e condicionante) da reprodução do capitalismo (como enfatizado anteriormente), agir de forma a priorizar o capital em detrimento da sociedade não nos causa nenhum espanto.

De qualquer sorte autores que se dedicam ao estudo da política regional no Brasil, consideram que um projeto de ordenamento territorial capaz de fazer frente a essas novas condições não poderia jamais adotar as mesmas práticas verificadas no período que teve início nos meados dos anos 1950, quando foram essencialmente a-espaciais.

O predomínio e a hegemonia da política macroeconômica e das políticas setoriais, sempre a-espaciais na sua concepção e sempre espaciais e concentradoras na prática, geralmente têm colocado os planos e os programas regionais à margem. Estes, de fato, como já constatava nos anos 70 a pesquisa do departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, sempre foram compensatórios no sentido de que sua finalidade era o de corrigir os efeitos concentradores e centralizadores que a política macroeconômica e setorial produziam. As políticas macroeconômicas e setoriais foram as políticas substantivas e as propostas e planos regionais as adjetivas (GUIMARÃES NETO, 1996, p. 146).

Para este autor, seria essencial fundamentar-se numa proposta de divisão inter-regional de trabalho com investimentos e estímulos, de forma que os investidores aproveitassem as vocações locais e sub-regionais a fim de promover uma estrutura sócio-espacial menos desigual (GUIMARÃES NETO, 1996).

Precisaria ser descentralizado, com maior participação privada e mobilização comunitária, menos economicista e mais político-institucional, incorporando os conceitos de sustentabilidade ambiental, equidade social e endogenia na concepção e implementação das políticas, programas e projetos de desenvolvimento (HADDAD, 1996).

De certa forma, as pequenas iniciativas do Estado Brasileiro, nos seus diversos níveis, têm já incorporado muitos destes conceitos, mesmo que tal procedimento seja apenas uma estratégia para sua crise de legitimidade, considerando que “a crise regional tem, pois, como base, a crise das relações Estado-sociedade local, [...]” (BECKER, 1986, p.56).

A adoção de novas premissas, dentre as quais a noção de escala local, significa na prática, muitas vezes, uma transferência de responsabilidades para as sociedades locais, nem sempre aptas a exercer o esperado, com todos os problemas já apontados por Brandão (2003). Isso é ainda mais verdadeiro quando lidamos com realidades extremamente carentes de infra-estrutura básica (como a maioria dos municípios que integram a Região Sudoeste da Bahia) e que estão habituadas a se relacionar com o Estado nos moldes paternalista/compensatório.

As condições de avanço e êxito dependem, antes de mais nada, da categórica superação da postura neoliberal com que liberais, conservadores e até mesmo muitas pessoas da esquerda enfrentam a questão do Estado [...] Dependem, também, como nunca de um grande esforço para articular as várias dimensões da questão do Estado, que é como se sabe, uma questão política, vinculada ao problema do relacionamento entre o Estado e a sociedade (NOGUEIRA, 1998, p.16).

Tais observações são pertinentes porque permitem resgatar princípios já referidos, como os que envolvem a discussão da escala, o perigo de sua reificação, as idéias de essência e aparência, de objetividade e subjetividade dos processos analisados. Oportuniza, por outro lado, o destaque das estratégias recorridas

pelos dirigentes políticos a fim de legitimar seus projetos de dominação. Não é a adoção de uma determinada escala que qualificará a organização social e política desta ou daquela sociedade. A banalização do uso da escala local pelos diferentes níveis de governo no Estado Brasileiro, particularmente pelo Governo do Estado da Bahia, enquanto premissa norteadora de suas ações e programas voltados às diferentes realidades sócio-territoriais, nos parece, muito mais, uma forma de adequação/atualização frente às exigências contemporâneas. Figura, assim, como uma estratégia ao disfarce do seu principal papel que é o de criar condições para a reprodução do capital (internacional, nacional e local) no país como um todo.

Guardadas as especificidades que lhes são inerentes, a questão regional no Estado da Bahia se insere e reproduz elementos característicos da questão regional nordestina e brasileira, sendo assim, referência uma para a outra.

As abordagens do Nordeste Brasileiro, tanto empírica quanto analiticamente, se estruturam a partir das condições desfavoráveis que lhes dizem respeito, como pobreza, exclusão, insuficiência de recursos hídricos, entre outras mazelas. Um exemplo dessa caracterização é a informação que

[...] o número absoluto de pessoas vivendo em condições de pobreza aumentou, ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH tenha aumentado, ao passar de 0,100 (um IDH muito baixo) para 0,700 (um IDH médio-alto) [...] (CARVALHO, 2003, p. 305)

Analogamente, o recorte regional intra-estadual Sudoeste da Bahia, região inserida no grande semi-árido baiano tem também um perfil social e econômico nesses moldes. A evidência dessas condições, todavia, só fazem sentido, em nossa opinião, se tomadas “como modos de ser de uma contradição geral, que nasce da estrutura capitalista, das bases sociais do poder burguês” (GRAMSCI, 1987, p.44).

Os Estados Nordestinos tiveram na produção da cana-de-açúcar sua principal fonte de renda, assegurando-lhes a hegemonia nacional nos primeiros séculos da história brasileira. No momento em que as províncias do Sul do país passam à condição de produtora principal da exportação nacional, mediante o cultivo do café, as elites nordestinas, sentindo-se ameaçadas, iniciam um movimento de caráter regional, tornando visível a oposição entre o norte e sul do país.”[...] Foram as elites açucareiras que, a partir de certas referências simbólicas de um passado glorioso, primeiro articularam um discurso sobre o que passou a ser designado Nordeste.” (MAMEDE, 1996, p.56)

Nas décadas de 20 e 30 do século XX, o Nordeste foi, predominantemente, objeto da produção intelectual de Gilberto Freyre e Djacir Menezes, autores que contribuíram para a elaboração mais sistemática do discurso regionalista (MAMEDE, 1996).

A partir dos anos 50, a discussão sobre o Nordeste assume a tônica da perspectiva do desenvolvimento econômico, atribuindo-se ao Estado o principal papel no alavancamento do processo, argumento veementemente defendido pelo economista Celso Furtado. Ao contrário do que se esperava – superação da ordem conservadora e reacionária -, com a criação de organismos oficiais e, conseqüente institucionalização do Nordeste, a luta regional das oligarquias açucareira, algodoeira e pecuária foi legitimada. (MAMEDE, 1996)

De qualquer sorte, como fruto da mobilização de forças políticas regionais, o projeto de inserir o nordeste na dinâmica econômica nacional foi, em parte, bem sucedido. A participação conjunta das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no PIB brasileiro, passou de quase 18%, em 1970, para mais de 22%, em 1990, ao lado de uma sensível redução do Estado de São Paulo (HADDAD, 1996).

Os anos que medeiam 1950 e 2000 representam um período importantíssimo na vida do Nordeste. Nele foram ampliadas as bases constitutivas de uma economia capitalista mais sólida, cujos fundamentos passaram a assentar-se crescentemente em atividades urbano-industriais. Guardadas as fortes especificidades culturais da região (construídas ou em construção), os avanços naquela direção resultaram dos maiores laços de articulação e integração produtiva realizados com a economia nacional, bancados por investimentos públicos e interesses empresariais mais modernos, em meio a empreendimentos que apenas buscavam as ‘facilidades’ creditícias e fiscais. Sem dúvida, a economia nordestina tornou-se

mais sólida, embora menos solidária e heterogênea. Nesta última qualificação, ela se tornou mais heterogênea no tocante às suas estruturas produtivas, pautando e viabilizando a constituição de novos espaços econômicos, como os polarizados pela indústria incentivada (junto às capitais e regiões metropolitanas), pela agricultura de grãos, soja principalmente (no oeste da Bahia, sudoeste do Piauí e sudeste do Maranhão), pela fruticultura irrigada (em áreas dos vales úmidos de quase todos os estados da região) e por alguns serviços modernos (nesses e em outros espaços do Nordeste) (CARVALHO, 2003, p.310).

Particularmente na Bahia essa dinâmica é bastante evidente. Na década de 50 inicia o processo de industrialização da RMS (Região Metropolitana de Salvador) com a instalação da RLAM (Refinaria Landulfo Alves) e implantação do pólo industrial do CIA (Centro Industrial de Aratú). O período compreendido entre 1975 e 1985 é descrito como o das mais altas taxas de crescimento médio anual do PIB na Bahia (cerca de 5,79%), considerando as três últimas décadas.

É interessante observar que, contraditoriamente, enquanto esses resultados são tomados como resposta bem sucedida da intensa atuação da União nos problemas regionais brasileiros, eles, também, são responsáveis pelo acirramento das diferenças regionais no interior dessa macro-região e, particularmente, do Estado da Bahia. Associada à industrialização deste Estado, observou-se uma reconcentração na região litorânea, passando os municípios mais importantes que a integram, de um percentual de cerca de 77, 30% dos fluxos socioeconômicos estaduais em 1975, para mais de 85% em 1985. A maior taxa de crescimento ocorreu na macroregião de Salvador (PORTO, 2002).

A modernização capitalista do Estado da Bahia verificada a partir dos anos 50 do século XX com a implantação da refinaria de Mataripe resultante da descoberta do petróleo em 1949 e, posteriormente com a indústria petroquímica e metalurgia do cobre na década de 70; o desenvolvimento do turismo, implantação do complexo automotivo da Ford e avanço das atividades agroindustriais e agropecuárias na década de 90 teve no papel do governo estadual e na (re) concentração espacial aspectos decisivos.

Vários estudos têm se dedicado à compreensão da dinâmica espacial baiana, envolvendo tanto as regiões diretamente beneficiadas com tais empreendimentos, como aquelas que se integram a essa dinâmica apenas periféricamente. Inserem-se nesses estudos os trabalhos realizados por Léda (2004), Santos (1999), Haesbaert (1996), Santos Filho (1989), Oliveira (1987), Santos (1987), Lima (1997), Passos (1995), entre vários outros.

A concentração espacial da economia do Estado é comprovada pelos dados a seguir que revelam a distância entre a RMS e as demais regiões. Do ponto de vista das exportações, a metrópole estadual é responsável por 52,5% do total das principais atividades exportadoras (metalurgia, derivados de petróleo química e petroquímica). A indústria de transformação que representa em média, 22% do PIB da Bahia possui quase 80% de suas unidades localizadas em seis municípios da RMS. Dezoito dos 415 municípios da Bahia geram cerca de 80% de toda a renda estadual. Deste grupo, os municípios da RMS participam com quase 70%. Isso significa dizer que fora da RMS são gerados pouco mais de 30% da renda estadual, na qual os dez maiores municípios participam com cerca de 12%, e os 397 restantes são responsáveis pela geração de apenas 20%. No que se refere aos depósitos bancários, as cidades da RMS concentram quase 85% do movimento bancário no estado, sendo Salvador responsável por 80%. Outras 17 maiores cidades da Bahia respondem por apenas 7%. No consumo de energia elétrica no setor comércio/serviços, a RMS representa 70% do total da Bahia, em que Salvador participa com 55,9%. As outras 18 maiores cidades respondem por cerca de 16%. Salvador concentra 53,1% da arrecadação do ICMS comercial do estado e 71,8% da arrecadação do ICMS de serviços, tendo sido registrado um movimento de aumento dessa concentração a partir de 1995 (SOUZA, 2004, p.72 e 73).

Pode-se auferir, neste sentido, que o desenvolvimento geograficamente desigual é resultado e condição para a incorporação do Nordeste e da Bahia na dinâmica capitalista nacional. De um lado, regiões/territórios/lugares apresentam intenso dinamismo econômico resultante, majoritariamente, de investimentos e subsídios estatais; enquanto o restante de seus territórios (maior parte), basicamente a

porção semi-árida, enfrenta dificuldades de todos os níveis e recebe tratamento diferenciado na execução das políticas públicas em geral.

Especificamente na Bahia, no mais recente instrumento de planejamento do Governo Estadual (Plano Plurianual – 2004-2007), de forma nebulosa e contraditória, utiliza-se como uma de suas justificativas a necessidade de reverter o quadro que indica “a coexistência de duas Bahias: a Bahia moderna, industrializada, com uma economia dinâmica, pólo nacional de turismo e grande produtora de grãos; e a Bahia com baixa produtividade e cuja população convive com sérias dificuldades para sobreviver” (GOVERNO DA BAHIA, 2003, p.15 e 16).

Agravando, ainda mais, a situação contraditória da Bahia, no concernente ao Produto Interno Bruto – PIB, este estado ocupa a sexta posição no ranking nacional e primeira no Nordeste, estando, por outro lado, entre os que possuem os piores índices sociais da nação.

Uma análise mais detida do PPA (2004-2007) mostra que o Governo Baiano recorre como estratégia a apresentação de justificativas comprometidas com a correção de parte dessas anomalias, mas no capítulo referente à distribuição dos recursos, a lógica concentradora que prioriza a reprodução do capital em sua fase contemporânea continua, ainda mais intensamente, a ser a tônica de sua atuação. Nas ações produtivas, quase totalidade dos recursos volta-se à “internacionalização do Estado, mediante a inserção nos fluxos internacionais de comércio”. Aos pequenos empreendimentos, que deveriam beneficiar mais diretamente as regiões menos dinâmicas economicamente destina-se apenas o percentual aproximado de 7% dos recursos.

Nesse sentido o papel do Estado na implementação de um desenvolvimento geograficamente desigual é comprovado na prática pelo planejamento do Estado da Bahia. A situação de sua região semi-árida (área central) dificilmente será alterada, pois onde a economia é mais dinâmica os recursos são maiores e, ao contrário, onde é menos dinâmica são menores.

Não nos resta dúvida, assim, que a lógica de planejamento/ação do Governo do Estado da Bahia, contida no Plano Plurianual (2004-2007) é inteiramente produtivista materializada em políticas públicas que visam integrar competitivamente algumas de suas regiões de forma a inseri-las (subordinadamente) na globalização financeira e comercial em curso. Logo, a atuação do Estado baiano é um importante fator para o seu desequilíbrio regional, sendo este, contraditoriamente, um elemento de sustentação da hegemonia política de sua gestão.

Bibliografia

ARAÚJO, Tania B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In.: CASTRO, I. E., MIRANDA, M., EGLER, C. A. G. (orgs.) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ FAPERJ, 2000.

BECKER, Bertha K. A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão, **Revista Brasileira de Geografia**, jan./mar., 1986.

_____. B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Tese (Doutorado em Organização do espaço). – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento Sustentável: conceitos e desafios. In: **Bahia - Análise e dados: desenvolvimento sustentável**, v. 6, n. 2. Salvador: SEI, 1996.

BRANDÃO, Carlos A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos**. 2003. Tese (Livre- docência) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2003.

CARLEIAL, Liana M. da F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (orgs.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São

Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

CARVALHO, Otamar de. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GALVÃO, A.C.; BRANDÃO, C. A.; GONÇALVES, M. F. (orgs.) **Região e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FORBES, D. K. **Uma visão crítica do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do Nordeste. In: IPEA. **A política regional na era da globalização**. Brasília: IPEA, 1996.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Plurianual 2004-2007: Bahia: desenvolvimento humano e competitividade**. Salvador, 2003.

HADDAD, Paulo R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: IPEA. **A política regional na era da globalização**. Brasília: IPEA, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LACOSTE, Y. A colocação de um poderoso conceito obstáculo: a região personagem. In: **A Geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas-SP: Papyrus, 1988**.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LÉDA, RENATO, L. M. **Políticas Públicas e territorialização do desenvolvimento turístico na Bahia – o caso da Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2003.

LIMA, Maria do Céu. **Do território desejado ao lugar possível**. Dissertação (mestrado em geografia) Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Antonio Carlos R. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMEDE, Maria Amélia. A construção do Nordeste pela mídia. Fortaleza: Sec. Cultura do Ceará, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. UNICAMP - Boitempo Editorial, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASSOS, Sinval A. **Vitória da Conquista, cidade e região**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

PORTO, Edgar. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (org.) **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Antonio L. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: as transformações recentes no espaço rural dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça - Ba**. Dissertação (Mestrado em

- Geografia) Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.
- SANTOS, Milton. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, Milton (org.) **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS FILHO, Milton. (org.). **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife, SUDENE-DPG. PSU-URB, 1989.
- SANTOS, Vitória C. C. **As novas formas de moradia e a produção sócio-espacial da cidade de Vitória da Conquista - Ba**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- SENRA, Alvaro de Oliveira. **Apontamentos sobre o ‘Ocidente’ em Gramsci**. Mestrado em Educação – UFF. Mimeografado, s/d.
- SILVA, José Borzacchiello da. Pelo retorno da região. In: CASTRO, Iná E. et alli. **Redescobrimo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SILVA, Lenyra R. da. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA, Celina. Regiões metropolitanas: trajetórias e influência das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- VAINER, Carlos Bernado. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: **Planejamento e território**. Rio de Janeiro: ANPUR-UFRJ-DP&A Editora, 2002.

Trabalho enviado em janeiro de 2006

Trabalho aceito em fevereiro de 2006